

MARIA LUISA MENDONÇA
PETER ROSSET

Agrocombustíveis e crise de alimentos

Neste ensaio, os agrocombustíveis são analisados no contexto da crise mundial de preços dos alimentos e da proposta de “soberania alimentar”. Examinam-se as causas da crise, de curto e longo prazo, e embora os agrocombustíveis não sejam atualmente um fator determinante, são claramente contraindicados nesta conjuntura de crise. Argumenta-se que a soberania alimentar, incluindo uma moratória no tocante aos agrocombustíveis, constitui a melhor opção para gerenciamento da crise.

Palavras-chave: *agrocombustível; crise de alimentos; soberania alimentar; Via Campesina.*

Maria Luisa Mendonça: Jornalista e diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Atualmente cursa o doutorado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).

Peter Rosset: Pesquisador do Centro de Estudio del Cambio Campesino en Mexico (Ceccam), coordenador da Rede de Ação e Pesquisa da Terra (LRAN) e assessor da Via Campesina.



Agrofuels and food crisis

In this essay agrofuels are analyzed in the context of the world food price crisis and “food sovereignty” proposal for addressing the crisis. Both short- and long-term causes of the crisis are examined, and while agrofuels are presently not a prime causal factor they are clearly contra-indicated by the crisis. Food sovereignty, including a moratorium on agrofuels, is argued to offer the best option for managing the crisis.

Key words: *agrofuels; food crisis; food sovereignty; Via Campesina.*

I A CRISE MUNDIAL DO PREÇO DOS ALIMENTOS E A SOBERANIA ALIMENTAR

Neste ensaio, examinamos a relação entre os agrocombustíveis e a crise no preço dos alimentos. No mundo atual, estamos imersos em uma crise de preço dos alimentos que leva ao aumento da fome e mesmo a tumultos por comida em diversos continentes. Parece estranho estarmos em crise por causa dos altos preços da comida, quando os últimos vinte ou trinta anos têm assistido a uma crise causada pelos preços “baixos”, tão baixos que milhões de camponeses e famílias de produtores em todo mundo foram expulsos das suas terras e jogados em correntes migratórias nacionais e internacionais. Para confrontar esta dura realidade, a Via Campesina, aliança internacional de organizações de camponeses e famílias de produtores, trabalhadores rurais, povos indígenas, agricultores sem-terra, mulheres e jovens do campo, desenvolveu uma abrangente proposta alternativa para a reestruturação da produção e consumo de alimentos em âmbito local, nacional e mundial, a chamada “soberania alimentar”.

Sob a égide desta soberania alimentar, e em contraste com propostas de “um modelo único” da Organização Mundial do Comércio (OMC), considera-se que todos os países e povos tenham o direito de estabelecer suas próprias políticas relacionadas à alimentação e ao sistema de agricultura, desde que estas não atinjam outros países, como tem ocorrido quando grandes potências agroexportadoras despejam comida nos mercados de outros países a preços abaixo dos custos de produção, arruinando produtores locais (ROSSET, 2006). A soberania alimentar permitiria aos países protegerem seus mercados domésticos contra tais práticas. Mas agora, que fomos de um período de preços artificialmente baixos a um período de altos preços ou, mais precisamente, preços mais “voláteis”, a soberania alimentar ainda faz sentido? Um exame das causas da crise atual, que acabou não sendo muito diferente da crise anterior, mostra que, na verdade, faz sentido sim. De fato, a soberania alimentar pode oferecer a única saída para o problema atual.

Mas, quais as causas da escalada extrema dos preços dos alimentos?¹ Há causas de curto e longo prazo. Entre as de longo prazo, destaca-se o efeito cumulativo de três décadas de cortes de orçamentos, privatização

e acordos de livre-comércio. Na maioria dos países, a capacidade de produção de alimento tem sido sistematicamente desmantelada e substituída pela crescente produção para exportação, estimuladas por grandes subsídios governamentais ao “agronegócio”, que utiliza dinheiro de impostos.

Em geral, são camponeses e famílias agricultoras que alimentam os povos do mundo. Grandes produtores do “agronegócio”, em quase todos os países, possuem “vocação” para exportar. Entretanto, decisões políticas têm negado aos pobres do campo garantia de preço mínimo, comercialização, crédito, assistência técnica e, acima de tudo, mercado para seus produtos. Mercados locais e nacionais de alimentos foram primeiramente inundados por importações baratas, e agora, quando as corporações transnacionais dominaram grande parte do mercado, os preços das importações de comida, das quais muitos países hoje dependem, têm subido drasticamente (ROSSET, 2006).

Enquanto isso, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional forçaram governos a vender o setor público de comercialização e empresas estatais, que mantinham as reservas de grãos. Diante da situação, enfrentamos uma das mais apertadas diferenças da história entre a reserva pública e a demanda de comida, o que tanto causa aumento de preços quanto maior volatilidade do mercado. Inventários de comida estão em grande parte nas mãos do setor privado, geralmente corporações estrangeiras, as quais atuam de modo contrário ao do setor público quando uma crise emerge. À medida que os preços sobem, comerciantes privados mantêm estoques de mercados, de maneira a elevar os preços artificialmente antes de vender.

Isto é acúmulo e especulação, e tem sido o *modus operandi* de comerciantes privados de grãos desde os tempos bíblicos até as companhias atuais, como Cargill, Archers-Daniels-Midland e Bunge. Este foi o caso da chamada “crise da tortilha”, no México, em 2007 (HERNÁNDEZ NAVARRO, 2007). O setor público, ao mesmo tempo, faz o contrário, liberando reservas quando os preços sobem, de modo a atenuar a alta de preços e permitir que os pobres continuem a comer, evitando a fome. Embora agências estatais de comercialização de grãos tenham sido corruptas e ineficientes em muitos casos, liquidá-las provou ser uma cura pior do que a própria doença; ao invés disto, deveriam ter sido reformadas (ROSSET, 2006).

Em outras palavras, muitos países não possuem mais nem reservas suficientes de comida, nem capacidade produtiva. Agora dependem das importações, cujos preços primeiramente se elevam, depois caem, talvez subindo novamente depois. Outra causa de longo prazo para a crise, embora bem menos importante, tem sido a mudança de padrões de consumo alimentar em algumas partes do mundo, como a crescente preferência por carne e produtos aviários (RAY, 2008).

Dentre as causas de curto prazo da crise, a mais importante foi, de longe, a relativamente súbita entrada do capital financeiro especulativo no mercado alimentar, seguida por seu êxito pelo menos parcial. Barreiras, índices e fundos de risco têm investido pesadamente nos mercados futuros de *commodities*, como grãos e outros produtos alimentares. Com o colapso do mercado imobiliário dos Estados Unidos, sua já desesperada busca por novos investimentos levou-os a descobrir estes mercados de contratos futuros. Atraídos pela alta volatilidade dos preços em qualquer mercado, já que lucram tanto com o aumento quanto com a queda dos preços, apostam como jogadores em um cassino; apostam, neste caso, com a alimentação de pessoas comuns. Estes fundos injetaram um adicional de U\$ 70 bilhões de investimentos extras em *commodities*, inflando uma bolha de preços que empurrou o custo de alimentos básicos para além do alcance dos pobres, país por país.

Mais recentemente, os preços das *commodities* começaram a cair, em virtude de os fundos terem sido duramente atingidos pela crise financeira, embora o cenário mais provável seja de que os preços seguirão largas mudanças, derivadas das apostas dos investidores tanto nos movimentos de baixa quando de alta. Quando os preços da *commodity* colhida aumentam, os preços ao consumidor logo aumentam, mas quando os preços caem, os preços ao consumidor permanecem elevados, atingindo tanto agricultores quanto consumidores. Além do mais, agricultores dificilmente se beneficiam quando os preços aumentam, já que muitas das suas colheitas foram vendidas a preços menores, levando as corporações estrangeiras a obter grandes lucros (HERNÁNDEZ NAVARRO, 2008).

O maior aumento global de preço nos custos de insumos químicos para a agricultura convencional, particularmente fertilizante, como resultado direto da alta do preço do petróleo, também foi um importante fator causal de curto prazo, apesar de os preços dos fertilizantes terem

começado a cair atualmente. Outros fatores de impacto recentes incluem estiagens e certos eventos climáticos em várias regiões e uma tendência das corporações transnacionais exportarem alimentos básicos de determinados países em busca de melhores preços, exacerbando as deficiências locais.

Inegavelmente o *boom* dos agrocombustíveis contribui para a crise dos preços dos alimentos. Apesar de ainda não ser um fator causal dominante – até agora, estes têm sido o desmantelamento da capacidade produtiva, privatização, acúmulo e especulação com reservas, liberalização do comércio e o papel do capital financeiro especulativo –, a demanda por agrocombustíveis só faz exacerbar a crise.

Governos arguem que muitos agrocombustíveis serão produzidos de culturas não apropriadas ao consumo humano, e, assim, defendem que, em tais casos, a “comida para carros” (agrocombustíveis) não compete, de fato, com a “comida para pessoas”. Isto é evidentemente falso, pois a área a ser cultivada com esses produtos de biomassa geralmente são áreas que, em outro caso, seriam dedicadas à produção de comida. Ademais, quando plantações de biomassa ocupam solos marginais, elas quase sempre competem ainda mais com a produção de alimentos, já que a expansão da agroindústria nas terras mais férteis da maioria dos países tem expulsado agricultores e camponeses precisamente para as áreas agora ocupadas pela produção de agrocombustíveis.

Por fim, a segunda ou terceira geração de agrocombustíveis usando tecnologias de celulose para transformar resíduos normalmente não colhidos da plantação em agrocombustíveis também prejudicará a produção de comida. Isto porque as partes não comestíveis de plantas como o milho deveriam ser incorporadas ao solo depois da colheita, de modo a fertilizá-lo. Se, ao contrário, são colhidas e enviadas a fábricas de etanol, provavelmente veremos um grande declínio da fertilidade do solo e uma conseqüente queda na safra de comida (SCIENCE DAILY, 2008). Obviamente, o agrocombustível não é a política certa para orientar um mundo em crise alimentar. Podemos tomar o Brasil como um caso a ser analisado.

2 AGROCOMBUSTÍVEIS NO CONTEXTO DA CRISE ALIMENTAR: O CASO DO BRASIL

O Brasil tem potencial para se tornar um grande exportador de agrocombustíveis. A expansão de monocultivos como soja e cana-de-açúcar para a produção de agroenergia, além da degradação ambiental pelo uso indiscriminado de recursos naturais, tende a aumentar o preço dos alimentos e consolidar o modelo agrícola baseado na superexploração do trabalho e na dependência de produtos químicos. Como consequência, estes cultivos passaram a dominar as melhores terras agrícolas no Brasil, substituindo a produção de alimentos e destruindo áreas de preservação na Amazônia e no Cerrado.²

Nos últimos anos, o governo brasileiro elegeu o Cerrado como prioritário para a expansão das lavouras de cana, pois essa região apresenta uma topografia favorável, com terras planas, de boa qualidade, e farto potencial hídrico. O Cerrado é conhecido como “pai das águas”, porquanto abastece as principais bacias hidrográficas do país. Com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, este bioma está localizado entre a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga.

A região é tão importante por sua riqueza em biodiversidade quanto a Amazônia, pois abriga cerca de 160 mil espécies de plantas e animais, muitas ameaçadas de extinção. No entanto, sua destruição não tem gerado tanta visibilidade, apesar da intensidade e das sérias consequências que tem causado.

Segundo o professor Antônio Thomaz Júnior, do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), “a expansão da cana-de-açúcar no Brasil para produção de etanol pode avançar sim sobre áreas onde atualmente se cultivam gêneros alimentícios, além de colocar em risco a integridade de importantes biomas, como a Amazônia e o Pantanal”.³

Dados do IBGE indicam que, na safra de 2007, as lavouras de cana ocupavam 5,8 milhões de hectares no Cerrado.⁴ O monocultivo de cana exige se destruir toda a vegetação nativa. Conforme determinados estudos, a cada ano, cerca de 22 mil quilômetros quadrados de Cerrado são desmatados. Consoante estimativas, mais da metade da área de Cerrado já foi devastada e, nesse ritmo, sua total destruição poderá ocorrer

até 2030. Um relatório do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) afirma:

O desmatamento para dar lugar à lavoura de cana prejudica diretamente as populações rurais que sobrevivem do uso da biodiversidade do Cerrado. Outra conseqüência temível é que os pequenos produtores de alimentos deixem suas plantações atraídos pelos empregos temporários no corte da cana, o que poderá diminuir a produção de alimentos na região, além de agravar a migração para as periferias urbanas.⁵

Em agosto de 2008, um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura resultou em uma série de modificações na Lei de Crimes Ambientais. Um dos resultados foi o anúncio de um decreto do Presidente Lula que permite inclusive a instalação de usinas de cana no Pantanal.⁶

Outra preocupação é a demanda por água na produção de agrocombustíveis. O diretor do Comitê Científico do Instituto Internacional da Água de Estocolmo, Jan Lundqvist, adverte:

Atualmente a quantidade de água usada em todo o mundo na produção de alimentos é da ordem de 7 mil km³. Em 2050, a previsão é de que essa quantidade aumente para 11 mil km³, o que significa quase o dobro da água utilizada hoje. E as projeções indicam que a água necessária para produzir biocombustíveis crescerá na mesma proporção que a demanda de água por alimentos, o que representaria a necessidade de 20 a 30 milhões de km³ em 2050.⁷

A demanda de grandes empresas por terras planas e de boa qualidade, com acesso a água e infraestrutura, causa devastação ambiental e destrói a agricultura local.

Portanto, não há lógica em afirmar que a expansão das lavouras de cana atinge somente “terras degradadas”, como diz o governo brasileiro.

Para ilustrar essa situação, entrevistamos residentes do município de Lagoa da Prata, em Minas Gerais, onde existia uma usina de açúcar desde a década de 1970. Mais recentemente, a empresa francesa Louis Dreyfus adquiriu esta usina e expandiu o monocultivo de cana para a produção de etanol, substituindo lavouras de alimentos e destruindo as reservas ambientais.

Segundo o agricultor Gaudino Correia, não vale a pena arrendar a terra para a empresa de etanol.

Os contratos são de 12 anos e depois disso a cana já acabou com tudo. A usina usa máquinas pesadas para preparar a terra e causa erosão do solo. Depois queimam a cana e a cinza se espalha por toda a região. Eu não quis arrendar minha terra e estou cercado de cana. Aqui não tem mais terra para lavoura e por isso subiu tanto o preço dos alimentos. Meus vizinhos deixaram de produzir milho, feijão, café, leite e arrendaram a terra para a empresa Total. Eu ainda planto milho, feijão, e produzo leite, mas para o produtor o preço não aumentou, só para o atravessador e para a população.

O agricultor Sebastião Ribeiro tem a mesma posição. “A usina insistiu, mas eu não quis arrendar minha terra. Meus vizinhos arrendaram e depois ficaram com depressão, porque é o mesmo que perder a terra. O que vai acontecer se os agricultores deixarem de plantar alimentos?” Ribeiro explica também que a usina faz irrigação da cana com pivô central, usando água do São Francisco.

Especialistas alertam que não há fiscalização eficiente sobre os impactos sociais e ambientais. “O Estado deveria priorizar a preservação das nascentes dos rios. É como desgastar as veias que levam o sangue para o coração. Essa expansão tem sido muito rápida e a ideia é dobrar a produção de cana na região. A agricultura familiar vai sumir e podem faltar alimentos”, afirma Lessandro da Costa, diretor da Associação Ambientalista do Alto São Francisco.

Como explica o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa da Prata, Nelson Rufino, a maioria dos trabalhadores nas usinas é formada por migrantes e, portanto, é mais vulnerável à exploração e ao preconceito.

A empresa joga veneno de avião e o índice de câncer na população é enorme. Há mais de 140 trabalhadores afastados por problemas de saúde. Temos registros de cinco casos de mortes por acidentes de trabalho. Para os trabalhadores a situação piorou porque perdemos renda.

Na afirmação do então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a expansão dos canais no Brasil ocorre em terras “degradadas” e, portanto, não teria impactos sobre o meio ambiente ou sobre a produção de alimentos. Os dados apresentados para justificar essa teoria passam a ideia de haver no Brasil milhões de hectares de terras simplesmente “abandonadas” ou “marginais”. Porém, falta o governo explicar seu conceito de “terras degradadas”, já que não faria sentido grandes empresas e ban-

cos públicos investirem pesadamente em um setor se não houvesse possibilidade de se instalar em terras planas, de boa qualidade, com acesso a água e infraestrutura. Mesmo quando substituem outras atividades agrícolas, ou ainda a pecuária, a tendência é gerar um grau bem maior de devastação, porque as plantações de cana em grande escala não convivem com outros tipos de vegetação. Se realmente existisse tanta terra disponível no Brasil, não haveria necessidade da expansão das lavouras de cana sobre áreas de preservação.

Na verdade, as plantações de cana se estendem sobre regiões de conservação ambiental, como o Parque Nacional da Serra da Canastra, considerado pelo “Atlas da biodiversidade em Minas Gerais” como sendo de importância biológica extrema. Joaquim Maia Neto, chefe da unidade do Ibama responsável pelo parque, afirma:

Plantam cana praticamente dentro d’água. Desmataram a área e praticaram queimadas, o que representa um grande risco para toda a região. O Ministério Público moveu uma ação contra a empresa e esperamos que a área seja recuperada em breve e que os responsáveis sejam punidos pelo dano ambiental. É necessário que os órgãos competentes fiscalizem essa atividade, pois a monocultura traz sérios problemas ambientais. O Brasil deveria priorizar uma agricultura diversificada.

Em 2006, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – órgão ligado ao Ministério da Agricultura – registrou um aumento na produção de cana na Amazônia de 17,6 milhões para 19,3 milhões de toneladas entre 2007 e 2008.⁸ Também em 2006, a Conab constatou que a região Norte apresentou os maiores índices de aumento da produção de cana no país. A expansão foi de 68,9% no Tocantins, de 55,1% no Amazonas e de 34,3% no Pará. A produção dos três Estados foi de 1,6 milhão de toneladas, representando um aumento de 46,8% em relação à safra anterior.⁹ Conforme dados oficiais indicam, tem havido grande aumento da atividade pecuária na Amazônia, pressionada pela expansão da fronteira agrícola. De acordo com o IBGE, a criação de gado na Amazônia praticamente dobrou nos últimos dez anos. Segundo constatado pelo “Censo Agropecuário de 2006”, desde 1996, o aumento da expansão agrícola na região Norte foi de 275,5%. Entre 1990 e 2006, houve um aumento anual de 18% das plantações de soja e de 11% da criação de gado na Amazônia.¹⁰ Entre 2006 e 2007, a safra da soja na região Norte teve um aumento de 20%.¹¹

Em muitas regiões do país, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes.

Apesar da propaganda de “eficiência”, a indústria de agroenergia está baseada na exploração de mão-de-obra barata e até mesmo escrava. Esse padrão de exploração tem causado sérios problemas de saúde e até a morte dos trabalhadores. As causas destas mortes são assassinatos, acidentes e doenças. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em março de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 288 trabalhadores em situação de escravidão em seis usinas de São Paulo. Em outra operação realizada em março, o Grupo de Fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso do Sul resgatou 409 trabalhadores no canavial da usina de álcool Centro-Oeste Iguatemi. Em julho de 2007, fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1.108 trabalhadores que faziam a colheita da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (Pará), na região amazônica.

Na verdade, o debate sobre a produção de agroenergia envolve uma ampla gama de temas centrados no modelo agrícola e econômico adotado por países periféricos e em um processo de “reciclagem” no discurso que define a geopolítica de países centrais. Nesse contexto, o governo brasileiro assume um papel protagonista na defesa da expansão de monocultivos para a produção de agroenergia. Atualmente, a prioridade da política externa brasileira é garantir acesso a mercados para agrocombustíveis, principalmente na União Europeia, Japão e Estados Unidos, além de estimular outros países do Hemisfério Sul a adotarem este modelo, mediante acordos de transferência tecnológica.

A opção por um modelo agrícola que prioriza o monocultivo para exportação se baseia na ideia segundo a qual a realização de uma ampla reforma agrária não seria significativa para o desenvolvimento rural no Brasil. Como observou Manuel Correia de Andrade, os processos de êxodo rural se baseiam na imagem dos centros urbanos como os principais

geradores de renda e de oportunidades econômicas.¹² Porém, as maiores regiões concentradoras de recursos naturais – como água, terra, minério e biodiversidade – estão no meio rural e passaram a ser o centro das principais disputas políticas e econômicas, tanto em âmbito nacional quando mundial. Agências financeiras multilaterais, grandes empresas nacionais e transacionais e governos disputam o controle geopolítico de regiões ricas em recursos estratégicos, tanto agrícolas quanto energéticos e minerais.

Para justificar esta opção, seria necessário “extinguir” a ideia da importância da reforma agrária e da agricultura camponesa, como políticas centrais para o desenvolvimento rural.¹³ Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de reforma agrária foi substituída pelo projeto Novo Mundo Rural, fundamentado em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra como uma política social compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para Estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pelo projeto do “mercado de terras”, ou seja, a compra e venda negociada da terra. Esta concepção de “desenvolvimento” rural foi fomentada pelo Banco Mundial, através da criação de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Apesar desta ideologia se basear na propaganda do Estado mínimo, o Banco Mundial exige uma contrapartida dos governos para seus projetos. Tal exigência compromete o orçamento do Estado e define uma política fundiária baseada na privatização do território. De acordo com essa política, os pequenos agricultores devem buscar “eficiência”, por meio da integração ao complexo agroindustrial (MARTINS, 2004).

Atualmente, o complexo agroindustrial brasileiro se insere no capitalismo “globalizado”, caracterizado por grandes monopólios agrícolas e industriais, sob forte influência do capital financeiro (OLIVEIRA, 1998) e das regras das bolsas de mercadorias e de instituições financeiras internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde sua criação em 1995, o principal papel da OMC tem sido o de expandir seu poder de regulamentação para 147 países, o que significa exercer grande influência no cotidiano de milhões de pessoas. A despeito de difundir a ideologia do “livre comércio”, a OMC possui uma complexa estru-

tura de regras utilizadas na defesa dos interesses de grandes multinacionais e de seus países-sedes. A abrangência dos acordos contidos na OMC vai muito além de temas relacionados ao comércio internacional. No Brasil, as políticas agrícolas seguem essa lógica, visando sobretudo ampliar o acesso a mercados e consolidar vantagens comerciais para o setor agrícola baseado no monocultivo para exportação. Conforme essa ideologia, o grande “vilão” é o subsídio, mas não se questiona problemas causados por monopólios agrícolas e pelo modelo de produção voltado para o mercado externo.

Apesar da representação do complexo agroindustrial como símbolo de “desenvolvimento” e “eficiência”, o modelo fundiário e agrícola deste setor gera problemas sociais e econômicos, além de ser altamente dependente de recursos públicos. Algumas das principais consequências desta política são a degradação do meio ambiente, a concentração de renda e o desemprego no campo. Este processo foi identificado por Alberto Passos Guimarães como “modernização conservadora da agricultura brasileira” (GUIMARÃES, 1978, p. 22). Segundo estudo do professor Ariovaldo Umbelino Oliveira, da Universidade de São Paulo (GUIMARÃES, 1978, p. 7-28),¹⁴ do total de empregos gerados no campo brasileiro, 87,3% estão nas pequenas unidades de produção, 10,2% estão nas médias e somente 2,5% estão nas grandes. Ainda como este estudo demonstrou, as pequenas e médias propriedades rurais são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos para o mercado interno. O mais recente Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, revela que as propriedades com menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área rural, enquanto as com mais de 1.000 hectares representam 43% do total.

3 SOBERANIA ALIMENTAR: A ÚNICA SAÍDA PARA A CRISE

É impossível examinar este caso e casos similares em todo mundo e não ver as implicações dos agrocombustíveis na crise alimentar. Confrontados com o panorama global, há na verdade apenas uma proposta alternativa à altura do desafio. Sob o paradigma de soberania alimentar, um número crescente de movimentos sociais e governos progressistas,

ou mais ou menos progressistas, propõem a revisão das regulamentações dos mercados de *commodities* de alimentos, descontroladas com o neoliberalismo. E, ainda, regulá-los melhor do que estavam antes da desregulamentação, com gerenciamento real dos suprimentos, tornando possível um ajuste dos preços que seja justo tanto para consumidores quanto para produtores, como demonstrado à seguir (ROSSET, 2006).

Políticas de soberania alimentar direcionadas a crise global no preço dos alimentos

- Proteger os mercados domésticos de alimentos contra *dumping* (queda artificial dos preços) e preços artificialmente elevados causados pela especulação e a volatilidade dos mercados globais.
 - Retornar a alternativas melhores de políticas de gestão de estoques alimentícios, em escala nacional, e melhores acordos internacionais de *commodities*, em escala internacional.
 - Restaurar a capacidade produtiva dos setores camponeses e da agricultura familiar, através de preços mínimos, melhoria das margens de comercialização, orçamentos do setor público e reforma agrária genuína.
 - Reconstruir melhores alternativas de inventários de alimentos básicos do setor público e/ou da agricultura familiar, eliminação de empresas transnacionais e do setor doméstico privado como principais proprietários dos estoques nacionais de alimentos.
 - Controlar o acúmulo, a especulação e a exportação forçada de alimentos básicos.
 - Decretar uma moratória imediata dos agrocombustíveis.
 - Transformar a tecnologia dos sistemas agrícolas, baseada na agroecologia, para desfazer a conexão entre alimento e preço do petróleo, e para conservar e restabelecer a capacidade produtiva das terras agrícolas.
- Isso significa, necessariamente, um retorno à proteção da produção nacional de alimentos dos países contra o *dumping* dos preços de alimentos artificialmente baratos, que prejudica os produtores locais, e contra as importações de alimentos, artificialmente encarecidas, que enfrenta-

mos hoje. Isso significa reconstruir as reservas nacionais de grãos e as margens de comercialização estatais, transformando-as em novas e melhores alternativas que incluam as organizações de agricultores como proprietários e gestores de reservas públicas. É um passo-chave em termos do resgate do nosso sistema alimentar das mãos de corporações transnacionais que retêm estoques de alimentos para elevar os preços.

Os países precisam estimular urgentemente a recuperação das suas capacidades produtivas de alimentos, em especial a capacidade localizada no setor camponês, e da agricultura familiar. Ou seja, adotar orçamentos do setor público, preços mínimos, crédito e outras formas de apoio, e genuína reforma agrária. A reforma agrária é uma necessidade urgente em muitos países para reconstruir os setores camponeses e da agricultura familiar cuja vocação é cultivar alimentos para as pessoas, enquanto as grandes fazendas e o “agronegócio” parecem produzir apenas para os carros e para exportação (ROSSET; PATEL; COURVILLE, 2006). E muitos países precisam controlar as exportações, como vários governos fizeram nos últimos meses, para cessar a exportação compulsória de alimentos largamente indispensáveis a suas próprias populações.

Finalmente, devemos mudar as práticas tecnológicas dominantes na agricultura, direcionando-as a uma agricultura baseada em princípios agroecológicos, sustentável e assentada no respeito e no equilíbrio com a natureza, as culturas locais e o conhecimento agrícola tradicional (ALTIERI, 2008). Consoante tem sido cientificamente demonstrado, sistemas agrícolas ecológicos podem ser mais produtivos, resistir melhor a seca e outras manifestações de mudanças climáticas, e ser economicamente sustentáveis, porque usam menos combustível fóssil. Não podemos mais sustentar o luxo de alimentos cujos preços estão ligados ao preço do petróleo (SCHILL, 2008), muito menos aquele cujo modelo de produção monocultor e industrializado – com pesticidas e alimentos geneticamente modificados – prejudica a capacidade de produção futura das nossas terras. Claramente, precisamos de moratórias imediatas nos agrocombustíveis.

Todas estas recomendações, direcionadas a cada uma das maiores causas da crise, são parte da proposta de soberania alimentar apresenta-

da pela Via Campesina (LA VIA CAMPESINA, 2008). Parece ter realmente chegado o momento da Via Campesina e da Soberania Alimentar. Não existe outra solução real para alimentar o mundo e é da responsabilidade de cada um de nós ajudarmos a concretizar as mudanças na política pública nacional e internacional que se necessita urgentemente.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. **Small farms as a planetary ecological asset: five key reasons why we should support the revitalization of small farms in the global south.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article315>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BERTHELOT, J. **Summary of critical analysis of the causes of the explosion in world agricultural prices.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article316>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- GENETIC RESOURCES ACTION INTERNATIONAL. **Getting out of the food crisis.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article321>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- GORDON, G. **Food crisis in the age of unregulated global markets.** Institute for Food and Development Policy (Food First). Disponível em: <<http://www.foodfirst.org/en/node/2099>>. Acesso em: 12 nov. 2008.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HERNÁNDEZ NAVARRO, L. Crisis financiera y agricultura. In: LA JORNADA, 4 nov. 2008, México. **Anais...** México, 2008.
- _____. Cargill: “el maíz de sus tortillas”. In: LA JORNADA, 30 jan. 2007, México. **Anais...** México, 2007. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2007/01/30/index.php?section=opinion&article=021a1pol>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- LA VIA CAMPESINA. **An answer to the global food crisis: peasants and small farmers can feed the world.** Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip/spip.php?article317>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- MARTINS, M. D. (org.). **O Banco Mundial e a terra.** São Paulo: Viramundo, 2004.
- MENDONÇA, M. L.; MELO, M. Colonialismo e agroenergia. **América Latina en Movimiento**, ALAI, Quito, n. 419, abr. 2007.
- MENDONÇA, M. L.; PINTO, E. O mito dos biocombustíveis. **Brasil de Fato**, Feb. 2007.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia e os movimentos sociais. In: CONFERÊNCIA PERSPECTIVA AGRÁRIA, **Unioeste Colegiados de Geografia**, n. 3, 2007.
- _____. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, J. **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1998.

- RAY, D. E. **Data show that China's more meat-based diet is not the cause of ballooned international corn prices?** Tennessee: Agricultural Policy Analysis Center, University of Tennessee, 2008.
- ROSSET, P. M. **Food is different: why we must get the WTO out of agriculture.** London: Zed Books, 2006.
- ROSSET, P. M.; PATEL, R.; COURVILLE, M. (ed.). 2006. **Promised land: competing visions of agrarian reform.** Oakland: Food First Books, 2006.
- SCHILL, S. R. **Perfect storm for fertilizer prices.** Ethanol Producer Magazine. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.ethanolproducer.com/issue.jsp?issue_id=84>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- SCIENCE Daily. Crop residue may be too valuable to harvest for biofuels. **Science Daily**, 19 Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedaily.com/releases/2008/07/080715190110.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

NOTAS

¹ As referências neste trecho, que não incluem citações bibliográficas, foram extraídas de Berthelot (2008), La Via Campesina (2008) e Grain (2008).

² Ver MENDONÇA, M. L.; REVERS, I.; MELO, M.; PLÁCIDO JÚNIOR. **Impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia.** Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, dez. 2008.

³ **Cana pode prejudicar meio ambiente e produção de alimentos.** Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=984>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

⁴ PrimaPagina. **Cana pressiona área de proteção no Cerrado.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=2902&lay=mam>. Acesso em: 9 abr. 2008.

⁵ O Estado de São Paulo. **Cana coloca em risco o Cerrado brasileiro.** Disponível em: <<http://conexaotocantins.com.br/noticia/cana-coloca-em-risco-o-cerrado-brasileiro/926>>. Acesso em: 3 dez. 2007.

⁶ PrimaPagina. **Plantio ocupou, em 2007, 162 mil hectares do bioma que hoje o governo indica como áreas de conservação.** 8 abr. 2008.

⁷ BBC Brasil. **Biocombustível causaria falta de água.** 13 ago. 2007.

⁸ Adital – 11 fev. 2008. **Amazônia, ecocídio anunciado.** Frei Betto.

⁹ Jornal Valor Econômico, 1º jun. 2006.

¹⁰ Adital – 15 fev. 2008. **Amazônia devastada.** Frei Betto.

¹¹ Radioagencia Notícias do Planalto, 5 May 2008.

¹² Em **A terra e o homem no Nordeste**, Manuel Correia de Andrade se refere à expressão de Gilberto Freyre “cidade inchada” para descrever este processo e alerta para “o aumento considerável da população, sem correspondente aumento das possibilidades de emprego, é muito mais

uma inchação do que um crescimento”. E explica: “Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema é a estrutura fundiária dominante desde a colonização” (ANDRADE, 2005, p.62).

¹³ Manuel Correia de Andrade identificou a relação entre a concentração fundiária no Brasil e o apoio estatal para o desenvolvimento da agricultura capitalista: “seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau, etc. – e ao completo desprezo às lavouras de subsistência” (ANDRADE, 2005, p.64).

¹⁴ Conferência proferida em 29 maio 2006 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/1284/1038>.